

MINUTA DA ATA N.º 25/2012

Minuta da Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos vinte dias do mês de novembro de 2012, em Vila Nova de Cacela, no edifício sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram pelas 09.10 horas, o Sr. Vice-Presidente, **José Carlos Costa Barros**, e os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Silvia Duro Lopes Gomes Madeira** e **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião a que se refere o artigo 62º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DA ACTA ANTERIOR;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO;
- CORREÇÃO MATERIAL AO PLANO PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE ANDRÉ FILIPE MORAIS LOPES POR DANOS CAUSADOS NO VEÍCULO;
- MERCADO MUNICIPAL DE MONTE GORDO, LOJA Nº 1 - PEDIDO DE AVERBAMENTO;

- PEDIDO INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA ANTÓNIO CAPA Nº 59, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PEDIDO INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA JORNAL DO ALGARVE Nº 14, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- RECLAMAÇÃO SOBRE A HASTA PÚBLICA DA ‘PROMOÇÃO DE ATIVIDADES E AÇÕES, DE NATUREZA CASUÍSTICA, RECREATIVA E CULTURAL NA ENVOLVENTE DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS DE MANTA ROTA’, EVENTO REALIZADO DE 18 DE JUNHO A 02 DE SETEMBRO DE 2012;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Francisco José Cristo da Palma, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respectiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.627.886,85 € (um milhão seiscientos e vinte e sete mil oitocentos e oitenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelo Sr. Presidente foi proposto a inclusão das seguintes Propostas:

DIREITO DE PREFERÊNCIA E CANCELAMENTO DO ONÚS NA DOAÇÃO DO PRÉDIO URBANO, SITO NA RUA NOSSA SENHORA DA DORES S/N, DA FREGUESIA DE MONTE GORDO E CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE PARECER PARA LICENCIAMENTO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM, DO PASSEIO “2ª EDIÇÃO CAMINHOS DO GUADIANA TT”.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão das Propostas.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com a abstenção do Sr. Presidente por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 23, da reunião ordinária realizada em 16 de outubro de 2012.

Por unanimidade, aprovar a Ata nº. 24, da reunião extraordinária realizada em 6 de novembro de 2012.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, para a celebração de uma prestação de serviços na área da comunicação, durante 1 (um) ano, nomeadamente nos domínios da divulgação, informação, projeção de imagem para os diversos canais de contato que espelhe os objetivos da autarquia, com a entidade **José Filipe dos Santos Antunes**, e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local, documento que constitui parte integrante da presente ata.

INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de serem prorrogados por mais um ano (a contar da data da sua aprovação em Assembleia Municipal), os descontos aos montantes das taxas resultantes da aplicação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, nomeadamente:

- a) o desconto de 60% do valor da compensação financeira pela não cedência de áreas para espaços verdes e de utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva devida ao Município pelo licenciamento das operações urbanísticas com impacte ou semelhante a loteamento, concretamente definidas nos números 2 e 3 do artigo 27º., ou licenciamento de quaisquer operações urbanísticas cuja tipologia seja enquadrável no âmbito do disposto nos artigos 27º. e 28º.;
- b) Desconto de 20% para todas as taxas, à exceção das mencionadas no número anterior;
- c) Desconto de 40%, não cumulativamente com os descontos decorrentes da aplicação do disposto nos números anteriores, no valor das taxas e/ou compensações financeiras pela não cedência de áreas para espaços verdes e de utilização colectiva e equipamentos de utilização colectiva, devidas ao Município pelo licenciamento de toda e qualquer operação urbanística cujo objecto seja a criação de um estabelecimento hoteleiro cuja categoria seja de pelo menos 4 estrelas ou qualquer outra atividade económica que se comprometa a criar pelo menos 15 postos de trabalho em permanência, sendo o valor base sobre o qual incidem os descontos anteriormente referidos correspondente ao diretamente calculado a partir dos quadros e fórmulas do referido Regulamento Municipal,

e que condicionado à autorização, sejam estes descontos submetidos à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, documento que constitui parte integrante da presente ata.

CORREÇÃO MATERIAL AO PLANO PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de:

1. Sobre a introdução das correções materiais ao PPMGN, as quais consistem, exclusivamente, na:
 - a. Alteração ao Regulamento do PPMGN, mais concretamente no n.º1, do Artigo 17.º, sendo suprimido o lote 63, passando a constar o lote 62, bem como a devida rectificação dos parâmetros urbanísticos referentes ao Lote 62 e 56, constantes nos quadros do Anexo I;
 - b. No Relatório será atualizada a Planta da Rede Viária e Estacionamento, bem com o Quadro Síntese de Áreas e Parâmetros e o Quadro de Áreas e Parâmetros;
 - c. Nas peças desenhadas descritas na alínea e), do ponto 3, acima referido (com exceção da planta 18), em consequência com as restantes alterações em quadros e/ou tabelas, no que se refere especificamente aos acertos provenientes da correta inserção das áreas das parcelas em causa.
 - d. A planta 18, em particular, sofrerá a necessária correção, de modo a que seja harmonizada e compatibilizada a simbologia existente no plano cartográfico, com a respectiva legenda.

e. Relativamente à ficha de dados estatísticos:

- i. A área de circulação pedonal passou de 19.864 m² para 19.730 m²;
- ii. A área de infraestruturas de circulação (total) passou de 446.284 m² para 46.150 m²
- iii. O número de lotes ou parcelas existentes não estava preenchido, são 3;
- iv. O número de fogos da habitação colectiva foi corrigido de 211 para 222, alterando instantaneamente o número de fogos total de 254 para 265;
- v. A área de circulação pedonal passou de 19.864 m² para 19.730 m²;
- vi. A área de infraestruturas de circulação (total) passou de 446.284 m² para 46.150 m²;
- vii. O número de lotes ou parcelas existentes não estava preenchido, são 3;
- viii. O número de fogos da habitação colectiva foi corrigido de 211 para 222, alterando instantaneamente o número de fogos total de 254 para 265;

Esta correção implicou na rectificação da:

- População prevista de 1.971 para 2.004 habitantes;

- Densidade habitacional de 39 para 40 fogos/ha;
 - Densidade populacional de 7 (lapso pois seria 117) para 120 habitantes/ha.
2. Na comunicação da presente correção material à Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
 3. Na remessa, sob a forma de declaração, aos competentes serviços para publicação, em Diário da República, da correção material aprovada, bem como a sua remessa à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, para efeitos de depósito.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira, declarou que mantém a mesma posição de voto contra.

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE ANDRÉ FILIPE MORAIS LOPES POR DANOS CAUSADOS NO VEÍCULO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o pedido de indemnização apresentado, no valor de 306,63€ (trezentos e seis euros e sessenta e três cêntimos), por se demonstrar haver responsabilidade extracontratual do município, no âmbito da Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

MERCADO MUNICIPAL DE MONTE GORDO, LOJA Nº 1 - PEDIDO DE AVERBAMENTO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o averbamento da loja nº 1 do Mercado Municipal de Monte Gordo para a firma Carlos Mira Ribeiro – Panificadora Unipessoal, Lda., documento que constitui parte integrante da presente ata.

PEDIDO INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE
PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA ANTÓNIO CAPA Nº 59, EM VILA
REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transação do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 341, sito na Rua António Capa, nº. 59, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

PEDIDO INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE
PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA JORNAL DO ALGARVE Nº 14, EM
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transação do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 243, sito na Rua Jornal do Algarve, nº. 14, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

RECLAMAÇÃO SOBRE A HASTA PÚBLICA DA “PROMOÇÃO DE ATIVIDADES E AÇÕES, DE NATUREZA CASUÍSTICA, RECREATIVA E CULTURAL NA ENVOLVENTE DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS DE MANTA ROTA”, EVENTO REALIZADO DE 18 DE JUNHO A 02 DE SETEMBRO DE 2012.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser considerado o lugar em causa vago e que se proceda à devolução do valor de 1.128,75€ correspondente a 75% do valor da proposta de atribuição do direito ocupação, documento que constitui parte integrante da presente ata.

DIREITO DE PREFERÊNCIA E CANCELAMENTO DO ONÚS NA DOAÇÃO DO PRÉDIO URBANO, SITO NA RUA NOSSA SENHORA DA DORES S/N, DA FREGUESIA DE MONTE GORDO E CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito de preferência e autorizar o cancelamento do ónus na doação do prédio urbano, sito na Rua Nossa Senhora das Dores s/n, da Freguesia de Monte Gordo e Concelho de Vila Real de Santo António, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o número 2111/20110629, de que são proprietários Maria da Conceição Marques, viúva, com o número de Identificação fiscal 123 523 591 e portadora d do cartão de cidadão número 08371196 IZZ3, Maria do Céu Pessanha da Rosa, casada, com Armando Lopes da Rosa, com o número de Identificação Fiscal 123 182 190 e portadora do bilhete de Identidade número 5391739 e Armando Lopes da Rosa, casado com Maria do Céu Marques Pessanha da Rosa, com o número de Identificação Fiscal 123 182 166 e portador do bilhete de identidade número 6384386, sendo a doação a favor de Hugo Miguel Pessanha da Rosa com o número de Identificação Fiscal 253 019 753 e portador do Bilhete de Identidade número 13227907, com fundamento no teor da Informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE PARECER PARA LICENCIAMENTO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM, DO PASSEIO “2ª EDIÇÃO CAMINHOS DO GUADIANA TT”.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do **pedido** e emissão de parecer, bem como a isenção em futuros pedidos das taxas, desde que o objeto da licença seja da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, nos termos do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não houve intervenções.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 09.40 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu _____, Chefe de Divisão de Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
